



ISSN 1984-5634

ARTIGO

REPRESENTAÇÃO COMO NARRATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: A VIOLÊNCIA POLICIAL NAS *WEBCOMICS OS SANTOS E CONFINADA**

Representation as counter-hegemonic narratives: police violence in the webcomics Os Santos and Confinada

GUSTAVO MACHADO DA SILVEIRA¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir, por meio de narrativas em quadrinhos, a representação do problema da violência policial com a população negra no Brasil. Parte-se da premissa de que o racismo está estruturalmente presente na sociedade, fazendo com que os órgãos de segurança pública mantenham um *modus operandi* contínuo desde a colonização, em que corpos negros e periféricos são o alvo da polícia. Ao longo deste texto serão analisados o capítulo 19 da obra *Confinada* e os capítulos 63 e 64 da obra *Os Santos*, ambos produzidos pelo roteirista Leandro Assis em coautoria com Triscila Oliveira e publicados no *Instagram*. Neste trabalho serão analisadas as representações de dois tipos de violências praticadas pela polícia, sendo uma delas uma ação de patrulhamento (abordagem agressiva) e a outra um confronto armado/balas perdidas. Os resultados indicam que as representações agem como narrativas contra-hegemônicas, a fim de viabilizar o debate sobre violência policial que, por responsabilidade da branquitude, possuem uma pele alvo específica.

PALAVRAS-CHAVE: Violência policial; Racismo; História do Tempo Presente.

ABSTRACT:

This work aims to discuss, through a comics narratives, the representation of the problem of police violence towards the black population in Brazil. It is based on the premise that racism is structurally present in society, causing public security bodies to maintain a continuous *modus operandi* since colonization, in which black and peripheral bodies are the target of the police. Throughout this text, chapter 19 of the work *Confinada* and chapters 63 and 64 of the work *Os Santos* will be analyzed, both produced by screenwriter Leandro Assis in co-authorship with Triscila Oliveira and published on Instagram. In this work, representations of two types of violence carried out by the police will be analyzed, one of which is a patrolling action (aggressive approach) and the other an armed confrontation/stray bullets. The results indicate that the representations act as counter-hegemonic narratives, in order to facilitate the debate on police violence which, due to whiteness, have a specific target skin.

KEYWORDS: Police violence; Racism; History of the Present Time.

EDITOR-CHEFE:

Andrei Marcelo da Rosa

EDITORE-GERENTE:

Rame Ferreira

SUBMETIDO: 20/05/2024

ACEITO: 07/10/2024

COMO CITAR:

SILVEIRA, G. M.
Representação como
narrativas contra-
hegemônicas: a violência
policial nas *webcomics*
Os Santos e Confinada. *Aedos*,
Porto Alegre, v. 16, n. 38, p.
355-373, jan.–jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4813-674X>. E-mail: guxxtams@gmail.com

* Pesquisa realizada com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

Diego: *Vó...Mataram o Guga...*

Didi: *Meu anjo!*

Diego: *O Guga tava de uniforme da escola! Eles não viram vô?*

(ASSIS E OLIVEIRA, Capítulo 64, 2022, on-line)

As falas acima são um recorte das imagens 6 e 7, do Capítulo 64 - “Não viram o uniforme da escola?”, da obra *Os Santos: Uma tirinha de ódio*. A narrativa conta a história de duas famílias distintas, sendo uma delas de pessoas que moram nas periferias do Rio de Janeiro e que precisam conviver em locais vulnerabilizados cuja violência é cotidiana. Na cena, dois meninos saíam da escola pública a qual frequentam e retornavam às suas casas quando ocorre uma operação policial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) na comunidade. No confronto, um dos garotos, com apenas 10 anos, acaba sendo morto. Embora seja um acontecimento fictício, roteirizado e ilustrado por Leandro de Assis e pela coautora Triscila Oliveira, se assemelha a episódios comuns à realidade brasileira. Ágatha Félix, de 8 anos, foi morta em setembro de 2019, vítima de disparo efetuado por um cabo da polícia, que teria ricocheteado algumas vezes até chegar à menina.

Seja nos quadrinhos, seja na realidade, o fato é que a polícia possui um alvo racializado. Através de uma abordagem da História do Tempo Presente, este trabalho tem por intuito discutir sobre a representação da violência policial para com a população negra na sociedade brasileira. Tema este, que se insere enquanto um recorte da pesquisa de dissertação em andamento, cujo principal objetivo é discutir a representação das interseccionalidades de raça, gênero e classe na relação entre patroa e empregada doméstica através de *Confinada*, durante a pandemia. Dentre os diálogos evidenciados ao longo da pesquisa, percebe-se como o racismo estrutural se faz presente na sociedade há muitos anos, sujeitando a população negra a diversos tipos de violência.

Assume-se, nesta conjuntura, que o Estado brasileiro é regido com base na política de morte para os corpos pretos, isto é, uma necropolítica (Mbembe, 2018) que coloca a população racializada como potenciais inimigos que podem (e devem) morrer/ser descartados, pois isso reforçaria o potencial de vida e segurança da população branca. Essas práticas corroboram para “se fazer cumprir a política de branqueamento do Brasil” (REDE, 2020, p. 5)². O presente estudo justifica-se, e usa como base, os relatórios desenvolvidos pela Rede de Observatórios de Segurança, um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), criado em 2019, que anualmente atualiza seus dados frente às estatísticas de violência presentes em sete estados brasileiros. Com o objetivo de fornecer uma análise mais bem explorada sobre a violência policial no país, optou-se por utilizar os dados da Rede de Observatórios de Segurança desde o início de seu funcionamento até o relatório anual *Pele Alvo: a bala não erra o negro*³ (RAMOS, 2023) com informações sobre o período de 2022. Essa problemática

2 Nos primeiros anos de funcionamento da Rede de Observatórios da Segurança os boletins informativos não continham informações bibliográficas completas, como nome de autores ou ISBN. A partir do relatório “*Racismo: motor da violência*” (2020), os dados apresentados passam a ter como nome principal Silvia Ramos, uma das três coordenadoras do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

3 O relatório foi, até então, o último a ser publicado pela Rede de Observatórios da Segurança no tocante a violência policial nos estados pesquisados, são eles: Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Utiliza-se este relatório por conta da metodologia adotada pelos pesquisadores para a pesquisa, combinando dados fornecidos por órgãos estatais e acompanhamento de informações produzidas por iniciais da sociedade civil.

da brutalidade decorrente das ações de segurança do Estado e suas consequências não é nova, cito como exemplo o trabalho de Bernardo Kucinski *et al.* (2015) e Ramos e Musumeci (2005). De acordo com os dados mais recentes do relatório, publicados em 2023, referente à pesquisa do ano anterior, constatou-se que “das 4.219 vítimas decorrentes de intervenção do Estado, 65.66% eram pessoas negras, totalizando 2770” (RAMOS *et al.*, 2023, p. 5). Isso ocorre devido ao *modus operandi* que mantém uma estrutura violenta aos corpos negros desde o período da colonização, e que se mantém presente atualmente de diferentes formas.

Os quadrinhos que serão utilizados ao longo desta análise têm como data de publicação os anos de 2020 e 2022; no entanto, as narrativas se passam em 2020 e 2019, respectivamente. Leandro Assis (2022) revelou em entrevista que pensou o desenvolvimento de suas tiras visando a publicação na rede social digital *Instagram*, mas esquematizou os desenhos de modo a facilitar uma versão física das obras. A *webcomic* *Confinada* foi publicada entre abril de 2020 e abril de 2021, ganhando sua versão física ainda no final deste mesmo ano. Já a *webcomic* *Os Santos* é uma obra mais extensa. Sua publicação inicialmente começou em dezembro de 2019 havendo uma pausa em abril de 2020, por conta da Pandemia da Covid-19. Quando *Confinada* foi finalizada, houve a retomada da publicação de *Os Santos*, que só foi finalizada em 2023, data em que ganhou também uma versão física. Ambas as HQs são possíveis de serem compradas no site da editora *Todavia* e/ou outras empresas de vendas *on-line*. Nesta pesquisa, utiliza-se as publicações feitas virtualmente pela rede social do artista, por serem os locais em que elas foram publicadas originalmente.

Dentro deste artigo analiso duas das várias formas pelas quais as abordagens policiais se tornam conhecidas como violentas. Para cumprir com a proposta do artigo, o presente texto está dividido em cinco partes. Considera-se esta introdução como a primeira, em que são mencionadas as fontes e principais reflexões que serão feitas ao longo da pesquisa. Na segunda parte discuto o conceito de representação e seu estudo ligado às Histórias em Quadrinhos, enquanto objetos de pesquisa. Ainda nessa parte debato sobre os campos teóricos sobre o qual esta pesquisa se insere, sendo a História Cultural do Social e a História do Tempo Presente. Já na terceira seção, analiso uma violência “simples”, mas cotidiana, que são as abordagens policiais agressivas e racializadas. Já no quarto momento, exploro a violência na sua forma mais letal, com vítimas podendo ser crianças, conforme os exemplos citados acima. Por fim a quinta parte é a das considerações finais, em que discuto sobre a sensibilidade da população brasileira frente aos corpos negros vitimados e a contribuição dos quadrinhos para o debate público sobre a violência no país.

REPRESENTAÇÃO POR MEIO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

O conceito de representação é constantemente associado ao historiador francês Roger Chartier que, desde a publicação da obra *A História Cultural: entre práticas e representações* (1988), tem sido estudado como referência no assunto. Este texto não tem por objetivo aprofundar a trajetória de Chartier e do conceito de representação, mas sim dialogar sobre noções básicas do termo para que auxilie na compreensão das imagens e discussões que serão feitas ao longo do trabalho. De acordo com Chartier (1988), as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Por esse motivo, os estudos sobre as representações também dizem respeito às competições e narrativas de poder e dominação. Entende-se, dessa forma, que as representações

envolvem um jogo político de dominação e poder, no qual, geralmente, são os elitizados que escolhem como as pessoas serão representadas nas mídias. Nesse sentido, ao elaborar um quadrinho cujas personagens principais possuem realidades muito opostas e confrontando “práticas socioculturais” (padrões de comportamento), coloco as narrativas enquanto uma produção contra-hegemônica, cuja finalidade é denunciar e representar outros pontos de vista que conflitam com aqueles empregados pelos detentores de poder.

Na obra *A beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude* (2002), Chartier aprofunda o diálogo em torno das representações coletivas das divisões da organização social, afirmando que há uma construção das identidades sociais pautadas na ideia de que algumas pessoas têm o poder para classificar e nomear grupos. Dessa forma, muitas vezes, certos símbolos são associados a determinados indivíduos ou coletivos, pelo fato de uma figura com poder utilizar essas atribuições. Exemplifico tal questão partindo da ideia de que, frequentemente, a população negra é associada a estereótipos que remetem à criminalidade, devido ao fato da elite brasileira, historicamente, marginalizar esse grupo social – utilizando como justificativas estudos eugenistas atrelados à raça (SCHWARCZ, 1993). Portanto, Chartier faz uma reflexão sobre as formas pelas quais os detentores do poder constroem sentidos para a realidade que estão vivendo. Sendo assim, é um conceito carregado de interesses e estratégias, podendo vir a ser para “fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta” (CHARTIER, 2002, p. 75). Para além disso, o mesmo autor informa as definições antigas do termo representação, colocando como um dos sentidos a “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, 1988, p. 20). Ao abordarem sobre a violência policial dentro da narrativa dos quadrinhos, os autores estão exibindo o tema que, muitas vezes, permanece deixado de lado pela mídia. Segundo Ramos (2020),

Há um silenciamento apenas aparente das dinâmicas raciais envolvidas nas questões ligadas à violência quando observamos as coberturas jornalísticas. Ao buscarmos os termos mais óbvios para essa investigação, como “morte de jovem negro”, “racismo”, “violência racial”, encontramos o silêncio, a ausência de informações (RAMOS, 2020, p. 16).

Entendo, portanto, que os quadrinhos de Leandro Assis e Triscila Oliveira são narrativas que visam contribuir com o debate público acerca da violência policial. Mais do que isso, evidencia-se a luta pelas narrativas, principalmente enquanto uma demanda para humanizar as vítimas – para deixarem de ser dados estatísticos da violência. Tal abordagem seria, também, “para finalmente enxergarmos o projeto da branquitude que causa a tragédia do derramamento de sangue negro no Brasil” (RAMOS, 2023, p. 13).

As reflexões que aqui se seguem são pertencentes ao campo da História Cultural do Social, este por sua vez, possui profundas relações com o período de “virada linguística”, em meados da década de 1960-70. Nesta concepção, diferentemente de uma História Cultural Clássica que utilizava os conceitos de cultura como “divisão social” entre classe alta e baixa, entende-se *cultura* como costumes e modos de vida cotidiano. Desta forma, o campo da História Cultural do Social permite o estudo/compreensão dos comportamentos/organização de uma sociedade partindo da análise cultural. Há, portanto, novos

desafios nesse período pós-moderno como a reformulação de antigos conceitos à historiografia (culturas, classe, etc.) e a formulação de novos, como é o caso da representação⁴ e apropriação.

As reflexões, para além de se inserirem dentro do campo da História Cultural do Social, também estão presentes dentro da área da História do Tempo Presente. Este, por sua vez, é um campo historiográfico “recente”, com sua institucionalização ao longo do século XX em países como Alemanha (1950) e França (1978), conforme cita Delacroix (2012). As análises principais deste campo concentram-se no “*passado que não passa*”, debatendo, sobretudo, a permanência de determinados problemas dentro do tempo presente. Para François Dosse (2012), essa mudança epistemológica deu-se, principalmente, pela ascensão dos estudos sobre memória e os traumas vivenciados pelas populações. Na Europa, os principais temas de pesquisa concentram-se nos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial na sociedade, enquanto nas Américas debatem-se sobre as Ditaduras Militares. Estes recortes temáticos apresentam diferenças quanto às datas, não sendo, portanto, homogêneos. Há debate teórico quanto à temporalidade do campo. Nesta pesquisa, discorro sobre a reflexão de Henry Rousso (2016) referente à “última catástrofe” – entendendo como momento inicial do campo o último acontecimento vivido, direto ou indiretamente, pela maioria das sociedades ocidentais. Neste sentido, aponto que as Grandes Navegações e, conseqüentemente, a Escravidão Moderna seriam a “última catástrofe”, sendo o ponto inicial do campo da História do Tempo Presente e possibilitando estudos em torno das desigualdades sociais. Neste trabalho, analiso o racismo enquanto estando estruturalmente presente na sociedade brasileira, visto como um *modus operandi* presente desde o período colonial.

Ditas tais considerações sobre o campo e o conceito tão importantes à pesquisa, considero importante dialogar sobre a relação entre as Histórias em Quadrinhos e História, especialmente no tocante à representação. Para Barros (2023), há quatro relações entre HQ’s e o campo da História, sendo eles: agente histórico; fonte histórica; objeto histórico; e representação da história. Segundo esse autor, há diferentes meios pelos quais as HQ’s podem representar a História, indo desde narrativas historiográficas em formato de quadrinhos, como também a dramatização livre de processos históricos. Sendo que, este último tipo, são aquelas que lidam com a ficção sobre um fundo histórico. As narrativas que serão compartilhadas ao decorrer deste texto, estão inseridas nessa categoria, uma vez que tem como contexto a pandemia da Covid-19 (na HQ *Confinada*) e o governo Bolsonaro (na HQ *Os Santos*, compreendendo o período anterior à pandemia – entre janeiro de 2019 e abril de 2020). Ao utilizar as Histórias em Quadrinhos como objeto de pesquisa historiográfica, há um novo leque de possibilidades de estudo para o historiador. Barros (2023) elenca pelo menos sete eixos norteadores, sendo um deles “a sociedade ou os personagens representados”. Dessa forma, há outro modo para se estudar a representação.

Os personagens representam algo da sociedade – sejam representações realistas ou criações francamente imaginárias. Podem encarnar os medos e as esperanças que existem na sociedade que os gerou através do quadrinista, podem ser expressões das emoções e formas de pensar típicas desta sociedade, podem ser produtos de muitas relações cuja tarefa do pesquisador é precisamente a de descobri-las (BARROS, 2023, p. 416).

4 Estou de acordo com Falcon (2000) na afirmação de que representação já era um conceito conhecido dos historiadores. No entanto, na Historiografia Moderna era visto enquanto capacidade de escrita/conhecimento da realidade do passado; enquanto na Historiografia Pós-Moderna é formulado um novo conceito de representação, visto como discurso/linguagem dos historiadores como meio de narração do passado. Deste modo, não há uma reformulação dos antigos conceitos; mas sim uma nova noção frente ao trabalho historiográfico, também resultante deste período de “virada linguística”.

Com isso, quero sinalizar ao leitor que nas páginas seguintes serão analisadas as diferentes formas pelas quais a violência policial é percebida pelos autores das Histórias em Quadrinhos, além do medo sentido pela população negra – que é a maior vítima da polícia no território brasileiro. Portanto, analiso nas próximas etapas deste artigo a representação não enquanto uma narrativa elaborada por um grupo dominante, mas uma contraproposta enquanto meio de denúncia do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que está inserido em um *modus operandi* constante desde o início da colonização.

A PELE ALVO DOS PATRULHAMENTOS: AS AÇÕES DE “BASEAMENTO” ANTES, DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA

Em dezembro de 2019, na província de Wuhan, na China, o desenvolvimento do que se pensava ser uma pneumonia mais grave passou a preocupar as autoridades. Pouco tempo depois, descobriu-se ser uma nova variante do coronavírus, sendo denominado de SARS-Cov-2 ou também Covid-19, com muito mais potencial de contágio e letalidade para determinados grupos sociais (especialmente, àqueles com problemas respiratórios, idosos ou outros problemas de saúde). Aos poucos o vírus foi se espalhando pelo território internacional, começando pela Ásia até chegar à Europa e às Américas, o que fez com que os países destas localidades adotassem medidas de controle de suas populações para evitar a propagação do vírus. No dia 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a situação de Pandemia da Covid-19, isto é, quando a doença se disseminou em escala mundial.

Desde meados de fevereiro de 2020, o Brasil já vinha lidando com os primeiros casos de Covid-19. Ainda no terceiro dia do mesmo mês foi declarada, pela portaria nº 188, emergência pública pela doença; no dia 6 foram dispostas algumas medidas de enfrentamento ao vírus, através da Lei nº 13.979; a partir da portaria nº 356, de 11 de março, foi informado sobre o isolamento social de pessoas contaminadas pela doença. Pouco tempo depois, nos dias 16 e 17 de março, mais medidas sanitárias de segurança pública foram adotadas, tendo como método mais efetivo o isolamento social, também chamado de *lockdown* – situação em que foi recomendado que a população adequasse suas rotinas para o trabalho de casa, sem haver contato físico com outros núcleos sociais. Nesse período, de acordo com a Rede de Observatórios da Segurança, os dados indicam que houve uma queda do número de operações policiais em março de 2020, quando em comparação com o mês no ano anterior. Segundo o boletim informativo, a partir do dia 15 de março (início das medidas de isolamento social no Rio de Janeiro) até 19 de maio, “as polícias fluminenses modificaram sua atuação no início da pandemia” (REDE, 2020, p. 1). Contudo, essa tendência não se manteve. A partir de abril de 2020, o “combate ao tráfico de drogas” voltou a ser uma das principais ações policiais, que voltaram a adentrar as comunidades periféricas do Rio de Janeiro.

Como bem mencionado anteriormente, ao longo de todo o texto, utilizo dados retirados da Rede de Observatórios da Segurança de diferentes períodos. No que tange ao período pandêmico, dois materiais podem ser explorados. O primeiro é uma nota divulgada no *site*, que afirma o aumento do número de atividades policiais entre os meses de abril-maio de 2020 com relação ao ano anterior, mas não especificando as regiões. O segundo é o relatório *A vida resiste além dos dados da violência* (RAMOS, 2021) com informações acerca dos acontecimentos anteriores a dezembro de 2021; não são informados as comunidades em específico que voltaram a ser alvos de ações do Estado durante

o período pandêmico, mas cita, por exemplo, a Chacina do Jacarezinho que deixou 27 mortos. Em relatório anterior, *A cor da violência policial: a bala não erra o alvo* (RAMOS, 2020), são citados outros casos em diferentes localidades, por exemplo: a morte do menino João Pedro, de 14 anos, na favela do Salgueiro; a do João Victor Gomes da Rocha, de 19 anos, na Cidade de Deus; “em um período de dez dias, no auge da pandemia, a polícia do Rio de Janeiro matou 13 pessoas numa operação no Complexo do Alemão” (RAMOS, 2020, p. 20). Estes dados nomeiam as vítimas e regiões nas quais a polícia do Rio de Janeiro agiu nesse período.

Dentre as atividades desenvolvidas pela polícia, tanto neste período pandêmico quanto no cotidiano de serviço, está a de “patrulhamento”, que o relatório define por “ações cotidianas de ronda” ou o chamado “baseamento”. Nesse processo, estão situadas as abordagens de suspeitos no caminho por onde passam. Geralmente, os suspeitos de cometerem crimes têm cor e classe: a população negra e periférica é comumente abordada na rua com acusações de crimes que não cometeram.

Através do primeiro boletim informativo/nota elaborada pela Rede de Observatórios de Segurança (2019), referente aos primeiros cinco meses do programa, é relatado que houve um aumento de 36% das operações e patrulhamentos com relação ao ano anterior. Os dados apontam que, entre março e maio de 2019, foram registradas 80 ações de patrulhamento no Rio de Janeiro, enquanto, durante o mesmo período da pandemia, foram apenas 53 – indicando uma queda de 33.8%. Segundo os pesquisadores, tais números são indicativos de uma diminuição de ações de “repressão ao tráfico de drogas” para controle da Pandemia da Covid-19.

Esta prática de patrulhamento está representada na *webcomic* *Confinada*, publicada entre abril de 2020 e 2021. A personagem Juliana Pereira, conhecida como Ju, é abordada pela polícia enquanto caminha na praia. A situação não corrobora com os números citados acima, no tocante à diminuição das abordagens no período pandêmico, mas, por conta dela, é possível tornar presente, no significado do conceito de representação, às violências as quais os corpos negros são submetidos cotidianamente. É durante o “Capítulo 19 – Concurso” que temos o desenrolar da situação a partir do momento em que a personagem sai da casa da patroa – com quem vive no confinamento – durante o final de semana de folga para fazer fotografias e concorrer a um concurso que sua amiga lhe indicou. Sob a proposta temática de retratar “o novo normal”, Ju vai à praia e tira fotos de empregadas domésticas (com máscaras) levando carrinhos dos bebês de suas patroas que estão indo pegar sol (sem máscara ou com elas de maneira errada). Tudo parecia bem até que se inicia uma abordagem policial, conforme indica a Figura 1.

Nas imagens, percebe-se a agressividade do policial e do sujeito acusador, que chegam com palavras de ordem e em postura de enfrentamento contra a personagem que argumenta sobre ser a dona da câmera fotográfica. Em nenhum momento, os acusadores procuram um diálogo ou supõem que Ju pudesse estar falando a verdade, isso ocorre porque o valor desse tipo de produto – especialmente com qualidade profissional – é elevado, não sendo creditado que pessoas de cor tivessem condições econômicas para usufruir. Na figura 2, percebemos o desenrolar da abordagem.

Dada a leitura assídua das imagens, percebe-se que quem havia “roubado” a câmera fotográfica foi o próprio filho do acusador. Em nenhum dos dois quadrinhos, houve um pedido de desculpas para a vítima, nem por parte do acusador nem da polícia. Pelo contrário, ainda são proferidas injúrias raciais e palavras de ordem, respectivamente, dando a entender que o erro estava na própria Ju. Nos quadrinhos de *Confinada* não é possível compreender muito bem a passagem do tempo, exceto talvez



Figura 1 – Captura de Tela dos quadros 04, 05 e 06 do capítulo 19 de *Confinada*, por Leandro Assis e Triscila Oliveira.
 Fonte: Assis, 2020.



Figura 2 – Captura de Tela dos quadros 04, 05 e 06 do capítulo 19 de *Confinada*, por Leandro Assis e Triscila Oliveira.
 Fonte: Assis, 2020.

pelos momentos em que datas comemorativas como Natal e Ano Novo surgem na narrativa. As publicações das tiras com essas temáticas acontecem no mesmo período das festividades (entre 24 e 31 de dezembro para falar sobre o Natal; e o dia 4 de janeiro abordando o Ano Novo). Indo por essa lógica comparativa, a ação policial de “patrulhamento” da qual a personagem Juliana Pereira é vítima acontece no mês de agosto, visto que a publicação do “Capítulo 19 - Concurso” possui a data de 12 de agosto. Embora a obra seja fictícia, faz-se importante essa análise e debate contextual referente às situações de violência durante a pandemia da Covid-19, uma vez que a situação narrada ainda pode ser entendida como uma representação de algo que tende a ficar oculto na sociedade brasileira – o racismo estrutural e o *modus operandi* da estrutura de segurança pública.

Em entrevista *on-line* concedida a professoras do Colégio Superius, Triscila Oliveira esclarece as referências para a construção das tiras do “Capítulo 19 - Concurso”. Ao abordar sobre como o episódio de violência sofrido pela personagem revelava o racismo estrutural brasileiro, apontou que há um

estigma social por parte da população branca de que os negros não poderiam adquirir uma câmera profissional através da compra, mas apenas através do roubo.

Não lembro agora o Estado, mas um menino foi preso por ter uma câmera. Pensaram que ele tava (*sic*) tirando foto da paisagem, estava estudando fotografia e chamaram a polícia porque com certeza ele estava vigiando casas, com certeza estava tirando fotos pra roubar essas casas (OLIVEIRA, 2021, 13:25-16:20).

Na entrevista a co-roteirista não explicitou detalhes maiores do caso, dificultando que fosse abordado neste trabalho com mais precisão. Em pesquisa no *Google*, encontrei uma reportagem do periódico *Folha de S.Paulo* cuja manchete se assemelha com a narrativa feita por Triscila, mas por ser um *site* pago não consegui aprofundar no tema. No portal de notícias do *G1* há um caso semelhante no período, podendo ou não ser o mesmo. Ao fazer pesquisa utilizando o mesmo conjunto de palavras (homem negro – fotografia – perseguição), mas invertendo as posições, podemos encontrar outros casos semelhantes que evidenciam o *modus operandi* do Estado necropolítico.

Para Silvio de Almeida (2018, s/p), “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. A tese deste autor consiste em defender que o racismo é um elemento estrutural, o qual integra as relações políticas e econômicas da sociedade. Desta forma, destaco que as atitudes proferidas pelos acusadores representados na *webcomic* – policial negro e homem branco – configuram como exemplos das manifestações do racismo estrutural que dá a lógica para a perpetuação, e manutenção da violência contra a população negra. O “Capítulo 19 – Concurso” foi publicado no dia 12 de agosto de 2020, representando situações cotidianas de violência sofridas pela população negra em território nacional. Embora anterior, essa situação em muito se assemelha, e representa, o medo e a indignação experimentado por Matheus Ribeiro. No dia 12 de junho de 2021, o professor de surfe de 22 anos foi acusado por Mariana Spinelli e Tomás Oliveira, um casal do Leblon, de roubar uma bicicleta elétrica (*G1 Rio*, 2021).

Por não poder afirmar com precisão se os casos mencionados anteriormente seriam ou não aquele a qual a autora se refere na entrevista, optei por abordar outra situação semelhante para o desenvolvimento da pesquisa. Neste caso, a escolha de se abordar o racismo sofrido por Matheus Ribeiro deu-se tanto pela ampla repercussão do caso nas redes sociais, quanto por ter acontecido em região próxima da narrativa dos quadrinhos: o município do Rio de Janeiro. Antes de explicar melhor tal problemática, reforço a importância de se analisar os dados da Rede de Observatórios da Segurança a respeito da questão dos “patrulhamentos”. Concentro a análise dos dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro, uma vez que tanto a narrativa representativa dos quadrinhos quanto a situação real acontecem no mesmo espaço. Ao longo da narrativa de *Confinada* não é abordado o local exato de sua residência, no entanto, em 12 de outubro de 2021⁵, durante o período de divulgação da campanha para o lançamento do livro físico, é informado que Fran Clemente reside no bairro de São Conrado, também na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Portanto, as violências sofridas pela personagem de Juliana Pereira e Matheus Ribeiro não se passam no mesmo bairro, mas ainda sim possuem profundas relações. Tanto São Conrado quanto Leblon são considerados bairros nobres, estando ambos inseridos dentro da Área de Planejamento 2.

5 Disponível em: https://www.instagram.com/p/CU7yHs-DMi4/?img_index=1; Acesso em: 16 ago.2024.

Segundo as contribuições de Campos (2010), nestes espaços temos poucas favelas controladas por traficantes, uma vez que são frequentes as práticas repressivas do Estado nas localidades. Sendo assim, evoco aqui que nestes locais as ações policiais, tanto de patrulhamento quanto de operações, são mais frequentes no sentido de “garantir a segurança” dos moradores da região – população de classe média alta. Consequentemente, os corpos negros são constantemente estigmatizados como perigosos e/ou criminosos, conforme abordou-se em ambos os casos. De acordo com os dados de Ramos (2020), as ações policiais monitoradas entre junho de 2019 e maio de 2020 totalizam-se em 2772 casos no Rio de Janeiro. Destas, 1556 são patrulhamento (atividades de ronda ou “baseamento”, que mostram o cotidiano policial), outros 1139 foram de operações policiais e 77 de ações de combate ao coronavírus.

O número assombroso de operações e patrulhamentos nos estados traduz uma abordagem da segurança pública em que políticas de prevenção, inteligência e investigação foram virtualmente abandonadas em favor de práticas de policiamento repressivo nas ruas, onde impera a lógica do flagrante (Ramos, 2020, p. 27).

Nos relatórios que se seguem, somos apresentados a novas estatísticas. As atividades de patrulhamento correspondem a 3.316 ações de policiamento entre junho de 2019 e maio de 2021 (Ramos, 2021). Já no boletim informativo *Raio X das ações de policiamento* (2022), temos acesso à informação de que, entre julho de 2021 a junho de 2022, foram 3.024 ações de policiamento apenas no Rio de Janeiro, aumentando em 5.96% em relação ao mesmo período entre 2020-2021. Uma das hipóteses levantadas pelos pesquisadores da Rede, é de que há um aumento nas ações policiais devido ao fato de ser ano eleitoral,

Se essa hipótese se mostrar consistente, teremos a reiteração de que ações policiais centradas na “repressão à criminalidade” e moldadas quase que unicamente na política de “guerra às drogas”, com abordagens, viaturas nas ruas, confrontos e prisões em favelas e periferias tem menos a ver com o crime ou as drogas, e mais com a reafirmação de que existem territórios perigosos, predominantemente negros e pobres, e que “o Estado” está lá para combatê-los (RAMOS, 2022, p. 8).

Retomemos, agora, a análise da abordagem sofrida pelo professor de surfe no Leblon, no ano de 2021. De acordo com o boletim de ocorrência e com a gravação que a vítima fez durante a abordagem do casal, fica evidente as acusações de que Matheus teria roubado a bicicleta elétrica. O namorado, inclusive, tentou forçar a chave do cadeado da bicicleta roubada contra a da vítima, mesmo o professor de surfe se defendendo e mostrando fotos antigas dele com o objeto. No caso do quadrinho, a personagem fica tão abalada com a situação que desiste de se inscrever no concurso de fotografia, inventando uma desculpa para sua amiga, e nem mesmo chega a fazer uma denúncia da situação.

Já Matheus Ribeiro abriu um boletim de ocorrência (B.O.) de modo *on-line*, na segunda-feira, dia 14, devido à alta repercussão da gravação da abordagem racista a qual sofreu pelo casal de jovens. Com base as informações retiradas do portal de notícias do G1 Rio (2021), temos a informação de que Matheus Ribeiro pretendia processar, por danos morais, o casal que o acusou. No desenrolar da narrativa, temos a informação de que o jovem comprou a bicicleta legalmente por um site de compra e venda de produtos usados. Conforme explicou a delegada Natacha Oliveira, aos jornalistas do G1, em nenhum momento da narrativa dos acontecimentos houve alguma ofensa racial por parte do casal acusador, por conta disso não foi aberto o procedimento para apuração de crime de injúria racial, mas somente o de calúnia.

Contudo, a polícia identificou que o veículo tinha sido furtado e colocado no site ilegalmente. Matheus afirma não saber que a bicicleta estava ilegalmente no site, tanto ele quanto o vendedor serão investigados pelo crime de receptação (BASSAN, 2021). No fim, o processo foi arquivado e não temos maiores informações do caso. Ainda de acordo com o portal de notícias, datado de junho de 2021, o ladrão de bicicletas havia sido preso. Igor Pinheiro, com 22 anos na época, é um homem branco, morador de Botafogo, que já tinha 28 passagens pela polícia por diversos crimes, dentre eles furtos de bicicletas (RIANELLI; LEITÃO, 2021).

O desenrolar dos fatos só confirma o que vem sendo falado até então no texto: os corpos negros são constantemente estereotipados como “criminosos”. Mesmo não sabendo que o veículo era furtado, Matheus foi acusado de receptação pela polícia quando desde o início era a vítima da situação. O processo de arquivamento do caso, no fim das contas, funciona enquanto uma prática da branquitude para “encerrar” os acontecimentos, deixando o casal branco impune pelos seus atos.

Embora essa ação sofrida por Matheus não tenha tido a presença da polícia na abordagem, assemelha-se em muito com a situação representada por Leandro Assis e Triscila Oliveira com a personagem da HQ *Confinada*. Tanto na ficção quanto na realidade, percebe-se que há uma prática cultural e social que supõe que a população negra seja vista enquanto sujeitos criminosos e não portadores de produtos culturais padrões da sociedade que vivenciamos.

A PELE-ALVO: A CADA 4 HORAS UMA PESSOA NEGRA FOI VÍTIMA DE INTERVENÇÃO DO ESTADO

O título desta seção corresponde à manchete publicada no *blog* do Rede de Observatórios da Segurança (2023), em que anunciam o último relatório feito por eles acerca das estatísticas da violência no país. Carregando o título de *Pele alvo: a bala não erra o negro*, os pesquisadores debruçam-se em mais um trabalho onde exploram, e evidenciam, o racismo presente na sociedade e, principalmente, nos órgãos de segurança pública brasileira. A população negra é desproporcionalmente alvo das abordagens, das prisões e vítimas fatais da polícia brasileira, tendo mais que o dobro de chances de ser assassinada. Para Ramos (2023) tais dados são consequências de uma dinâmica militarizada em postura de guerra, tendo as comunidades periféricas como inimigos a serem combatidos e abatidos. A política de “Guerra às Drogas” é, atualmente, o maior motivador de operações policiais no país.

Diversos estudos apontam que as raízes da criminalização do uso de determinadas substâncias não têm nenhuma relação com a proteção à saúde e ao bem-estar. Estão diretamente relacionadas à estereotipação, controle e criminalização de grupos étnico-raciais e sociais (Ramos, 2023, p. 19).

Sabe-se, no entanto, que é o racismo que orienta a atuação destas políticas situando as regiões periféricas, cuja grande maioria tem como moradores a população negra, enquanto espaços de criminalidade e, portanto, inimigos a serem combatidos. Ressalta-se, também, que embora muitas operações policiais tenham como motivação o tráfico de drogas, as apreensões não são comuns – o que seria considerado fator indicador de produtividade para as corporações. De acordo com os dados computados por Ramos (2022), apenas 26% das ações foram “produtivas” no período entre julho de 2020 e junho de 2021; e apenas 21% no mesmo período entre 2021 e 2022.

Os pesquisadores Maia, Teixeira e Kalaoum (2020) através do diálogo com Campos (2005), discorrem que as favelas, hoje chamadas de comunidades, eram ocupadas pelos mais pobres tal como os quilombos eram na sociedade escravocrata. Sendo assim, enquanto no passado, durante os tempos de colônia e império, esses agrupamentos urbanos eram vistos como ameaças à civilização branca; no presente, os moradores das favelas são marginalizados e indesejados, vistos como vetores da criminalidade republicana. Esses espaços, portanto, são habitados pelo Outro – o inimigo da branquitude. Campos (2010) traz reflexões importantes para este debate, argumentando que há uma continuidade de ações de repressão por parte do Estado aos espaços ocupados pela população negra ao longo dos anos. Em primeiro lugar, os quilombos eram territórios de resistência ao sistema escravista brasileiro e, frequentemente, sofriam com ataques e incursões dos capitães do mato. Já a partir da Abolição, e mais bem acentuado no período republicano, temos as *favelas* enquanto espaço de pertencimento étnico-cultural da população afrodescendente e, também, local de disputa urbana.

Ainda no texto, em diferentes momentos, são mencionados os motivos para o surgimento das favelas. Percebe-se que a relação de moradia próxima aos locais de trabalho da população, pois estes foram excluídos devido aos processos higienistas que demoliam os cortiços no centro da cidade. A população negra é, durante todo o século XX, alvo dos estigmas raciais, seja como “vadios”, por conta de não conseguirem empregos formais no início do século, seja como “criminosos” devido ao fato de residirem nas favelas – que no final do século algumas passam a ser controladas por traficantes. Evoca-se atenção especial à questão da *guerra às drogas*, uma vez que muitos passam a fazer parte do crime organizado enquanto estratégia de sobrevivência econômica, já que não adquiriam empregos. É sobre esse pretexto, das operações policiais de combate ao tráfico de droga nas periferias, que temos a segunda situação a ser analisada neste texto. No “Capítulo 63 – Caveirão”, de *Os Santos*, duas crianças de onze anos saíam da escola e retornavam para suas casas, quando se iniciou uma operação do BOPE na região, conforme indica a Figura 3.



Figura 3 – Captura de tela dos quadros 06, 08 e 09 do capítulo 63 de *Os Santos*.
Fonte: Assis, 2022.

Em uma primeira análise, se percebe que os dois adolescentes estavam em terreno aberto, distantes tanto da polícia quanto dos traficantes da comunidade. Foi Diego quem percebeu a chegada dos militares e notou que eles estavam prontos a atirar. Por fim, na última imagem se percebe que o primeiro disparo foi efetuado pelos agentes do Estado. Tal proposta segue a premissa do “atirar primeiro, perguntar depois”, uma vez que o confronto não foi evitado e nem houve uma operação de inteligência de trás da entrada na periferia. O desenrolar da narrativa é apresentado alguns dias depois, quando publicado o capítulo 64 e apresenta o diálogo que se segue na epígrafe deste texto, indicado pela Figura 4.



Figura 4 – Captura de tela dos quadros 06, 07 e 09 do Capítulo 64 de *Os Santos*.
Fonte: Assis, 2022.

De acordo com as ilustrações feitas pelos autores, nota-se que um grupo de pessoas – provavelmente moradores – fica em torno do corpo do menino vítima do confronto, alguns com cara de baixa em tons de tristeza. Diego, neto da personagem principal, chora ao abraçar sua avó e a questiona frente ao uniforme do rapaz. Tal fala se assemelha à proferida por Marcos Vinícius, em 2018, baleado em operação policial no Complexo da Maré quando retornava da escola. Antes de desfalecer ele questionou sua mãe “Ele não me viu com a roupa da escola, mãe?” (RAMOS, 2023). Seja na realidade, seja na ficção, o fato é que a pele negra continua sendo a “pele-alvo” das armas de agentes do Estado de segurança pública.

A Rede de Observatórios da Segurança ainda não havia sido criada no ano da morte de Marcos Vinícius, no entanto os dados dos anos posteriores evidenciam o *modus operandi* da polícia brasileira, em especial a do Rio de Janeiro. No primeiro boletim informativo da Rede, contando sobre os cinco primeiros meses de operação, detectou-se que 49% das operações policiais monitoradas tiveram vítimas letais. Já no próximo boletim (REDE, 2020), percebe-se dados um pouco mais precisos. Foram mortas um total de 1814 pessoas pela polícia no ano de 2019, das quais o somatório de pessoas pretas e pardas resultam em 1423. Os dados revelam, portanto, que 86% do número total de vítimas são pessoas negras, enquanto a porcentagem da população negra no estado é de 51,7%. A diferença é gritante. Alerta-se, ainda, para a taxa de cor não informada (ou ignorada) contabilizando 159 pessoas. Dessa forma, a porcentagem pode ser ainda maior.

O primeiro relatório oficial traz estatísticas acerca de junho de 2019 e maio de 2020, apontando que houve um total de 881 vítimas de ações policiais no Estado fluminense nesse período. Destes,

19 compreendem mortes de crianças e adolescentes, 479 são feridos e 483 mortos (RAMOS, 2020). O próximo relatório destaca que foram 939 negros mortos em 2020 pela polícia do Rio de Janeiro (Ramos, 2021). O número elevado destaca que, mesmo com a pandemia da Covid-19, as operações policiais continuaram presentes e de modo ainda mais violenta. Em 2019, no Rio de Janeiro, os números indicam 1814 pessoas mortas no total. Segundo o relatório *A cor da violência: a bala não erra o alvo*, esse dado evidenciava uma série histórica de crescimento da violência no estado. Com a pandemia da Covid-19 e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)⁶, que limita as operações policiais, temos a redução para o número de 1245 vítimas, correspondendo a uma queda de 31,37%.

Ao abordar os tipos de violência contra crianças e adolescentes, entre junho e outubro de 2019, os pesquisadores da Rede de Observatórios da Segurança indicaram o número de 124 homicídios (REDE, 2019). Esse número se dá de forma geral, não estando delimitado ao Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, tais dados vão de acordo com a narrativa produzida em *Os Santos*. O personagem Guga tinha 11 anos de idade quando morreu vítima de uma operação policial na comunidade em que morava, sendo ele a representação de mais uma vida ceifada que se tornou estatística.

O relatório do terceiro ano, publicado em 2022 acerca de 2021, informa que foram contabilizadas 1356 mortes decorrentes de intervenção do Estado. Destas, 1060 são pessoas negras e outros 142 são pessoas que não tiveram sua cor/raça identificada. Portanto, o número de não-brancos poderia ser maior. No tocante à proporção populacional, os dados indicam que negros são 87,3% do total de vítimas da ação policial, enquanto a população negra é de 51,7%.

Pode não ser surpreendente, porque os dados se alteram pouco a cada ano, mas não deixa de ser chocante ver registrado, mais uma vez, uma distribuição racial tão radical de algum fenômeno social no Brasil. Em outras palavras: os mortos pelas polícias são quase todos negros, independentemente da distribuição racial da população desses estados (RAMOS, 2022, p. 8).

Por fim, o último relatório publicado em 2023 apresenta os dados mais recentes até então, acerca do ano de 2022. Vale lembrar, conforme já dito, que este é um ano de corrida eleitoral, o que pode influenciar nos números da operação. Segundo consta o relatório de Ramos (2023), o número total de vítimas fatais no Estado fluminense é de 1330 pessoas, sendo 86,98% (1042 pessoas) negros – os autores especificam que são somados pretos e pardos. Há mais 132 vítimas listadas como cor/raça “NI” (não identificados), estes podem ser desde relatórios mal preenchidos como também devido ao fator do “colorismo” na sociedade brasileira, em que muitas pessoas não conseguem identificar corretamente os tons de pele a fim de definirem uma cor/raça.

No intuito de complementar as informações, Ramos (2023) traz a proporção da população negra nos estados analisados como comparativo. Com relação ao Rio de Janeiro, fica evidente a “pele alvo” das atividades policiais, uma vez que apenas 54,39% da população fluminense é negra e, como já citado acima, 86,98% das vítimas de violência são negros. É a partir dessa relação, entre população e vítimas, que a autora ressalta a importância da transparência de informações. No Maranhão, os dados referentes às cores das vítimas não são indicados, sendo que esta omissão “está diretamente ligada

⁶ A ADPF 635, também conhecida como ADPF das Favelas, foi uma ação que entrou em vigor durante a Pandemia da Covid-19 com o intuito de diminuir as operações em comunidades.

a uma agenda racista, capaz de manter uma estrutura de poder opressiva e discriminatória, que não deseja ser questionada” (RAMOS, 2023, p. 9).

Os dados levantados por Ramos (2023) indicam, também, a faixa etária das vítimas de ações policiais no ano de 2022. Destaco aqui os dados que compreendem de 0 a 11 anos (com duas vítimas) e de 12 a 17 anos (com 50), significando 0,15% e 3,76% do número total de mortos (1330, conforme já listado). Optei por destacar tais dados uma vez que compreende a faixa etária de Guga, personagem secundário da narrativa de *Os Santos* que foi vítima da ação violenta registrada na epígrafe deste texto.

Expandindo o debate, destaco que a faixa de 18 a 29 anos compreende 482 pessoas mortas. Estes dados comprovam que a “pele alvo” da polícia é a população negra, periférica e jovem. Embora a situação analisada na primeira parte deste texto não tenha resultado em morte, reitero aqui uma profunda relação/análise entre os acontecimentos. O professor de surfe abordado pelo casal morador do Leblon tinha 22 anos, enquanto Juliana Pereira, personagem dos quadrinhos *Confinada* tinha 25 anos no período em que se passava a narrativa.

Outras questões relevantes a serem analisadas, segundo os dados de Ramos (2023), dizem respeito aos municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado. A capital Rio de Janeiro está em primeiro lugar com 444 vítimas, seguido de São Gonçalo com 131 e Duque de Caxias com 129. Sendo que essa última é a comunidade em que a personagem Juliana Pereira (personagem da obra *Confinada*) mora com sua família. Já a primeira, a capital, é o local em que se passa a narrativa e onde ela é abordada pela polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este texto não tenha por intenção fazer um estudo frente à “recepção” ou “apropriação” do público dos quadrinhos, penso ser importante refletir um pouco sobre o caráter público da obra de modo a pensar as contribuições das representações como narrativas contra-hegemônicas a fim de viabilizar o debate sobre violência policial. Para isso, trago o levantamento do engajamento dos capítulos analisados anteriormente.

A tira número 19 de *Confinada* foi publicada em agosto de 2020, período dos primeiros meses da pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, uma grande quantidade populacional utilizou as redes sociais para sociabilidade. Na época da captura de tela das imagens que compõem o capítulo, outubro de 2023, os dados demonstram a presença de 269.875 curtidas na publicação. O sistema de visualização da rede social *Instagram* através do computador não permite acessar a quantidade de comentários quando acessamos a publicação original. Contudo, ao visualizar o perfil do ilustrador, até a data da publicação, é possível quantificar os números de comentários atualmente, maio de 2024, contabilizando 3.359. Tais dados, além de trazerem reflexões acerca dos desafios impostos no fazer História Digital, permite dizer que a narrativa dos quadrinhos teve grandes repercussões. Parte do público noticiava estar revoltado e culpavam o racismo de nossa sociedade, outros colocavam carinhas tristes e, na grande maioria, marcavam outros perfis para conhecerem a narrativa.

Percepções semelhantes são encontradas nos capítulos de *Os Santos*, publicados em meados de 2022. As capturas de tela desses quadrinhos foram feitas em maio de 2024 e mostram os seguintes dados: o capítulo 63, tem 70.405 curtidas e 1547 comentários; enquanto o capítulo 64, possui 111.295

curtidas e 2.697 comentários. Mesmo que os diálogos sejam complementares, é apenas no último capítulo que são observados o desenrolar da narrativa e a criança, Guga, enquanto uma vítima da operação policial.

Atento aqui que o tema da violência policial não se encerra nos capítulos analisados. Durante os próximos episódios da narrativa, são desenhadas e representadas as diferentes percepções frente à morte da criança. Enquanto os personagens negros se compadecem com a situação e sentem, mais uma vez, a dor da perda de uma vida, os brancos continuam a figurar criminalidade aos sujeitos negros e periféricos. Tal percepção é representada através dos discursos proferidos pela mídia televisiva e da fala do comandante das operações.

Como ressalta Ramos (2022, p. 6) “é preciso deixar nítido que a branquitude é a responsável pela pilha de corpos e pelas manchas de sangue em que navega a frágil democracia brasileira”. Por esse motivo, tanto os relatórios e boletins aqui apresentados quanto os quadrinhos analisados, servem como materiais para se apontar como a branquitude tem passado ilesa dentro das discussões da violência policial. Foi através da continuidade colonial, da inferioridade dos sujeitos não-brancos, que temos a alocação do branco nos estatutos de superioridade.

No boletim *Máquina de moer gente preta: a responsabilidade da branquitude* (Ramos, 2022), há uma sessão escrita por Thales Vieira intitulada “Uma resposta para Marcos Vinícius: branquitude, violência e as hierarquias da humanidade”. O autor descreve que, mesmo o policial tendo visto que o menino estava de uniforme da escola, a pele preta do menino destacou-se. O tom de sua pele foi o que separou o adolescente da zona do ser e do não ser – o não humano, o indigno de vida. Para ele, “a violência, portanto, atua como um instrumento de garantia das hierarquias de humanidade entre brancos e todos os outros corpos indesejados, racializados e que são, por não humanos, indignos de vida” (RAMOS, 2022, p. 15).

Consequentemente, essas pessoas continuam a ser vítimas do *modus operandi* da colonização, sendo a pele-alvo dos fuzis policiais. Relembro os dados do último relatório, de 2023, foram 1.042 pessoas negras mortas em 2022 – número este abaixo dos recordes vivenciados nos anos anteriores, mas ainda exacerbados quando analisados na perspectiva populacional. Se não houver mudanças no sistema de segurança pública tais dados continuarão estáveis em nível alto ou a subir.

Ao nosso ver, nosso estudo indica que mesmo não alterando radicalmente os padrões de policiamento (o ideal seria redução de abordagens, redução de efetivos, redução de armamentos, eliminação da letalidade, aumento de investimentos em prevenção da violência e redução de investimentos em repressão) é sim, possível estabelecer políticas governamentais e institucionais de redução da violência policial extrema e aumento do respeito na relação com os moradores negros das áreas mais pobres das cidades (REDE, 2022, p. 18).

Por fim, retomo as contribuições de Chartier. O historiador francês, estudioso do livro e das leituras, destaca que as representações, para além de fazerem a exibição pública de algo ou alguém, também são meios de manifestação de poder e dominação dentro da sociedade. Ao analisar as narrativas *Os Santos* e *Confinada*, lidamos com um material construído coletivamente entre Triscila Oliveira – mulher, negra e periférica – e Leandro de Assis – homem, branco e classe média, fornecendo uma narrativa que aborda os pontos de vistas dos dois grupos distintos. O que prevalece é que a produção surge enquanto uma obra que humaniza os indivíduos subalternizados dentro da sociedade brasileira. Dessa forma, com

base nas discussões feitas até então, considero que os temas e representações abordados ao longo dos capítulos são narrativas de combate ao branqueamento e ao racismo estrutural, contribuindo com a visibilidade da temática da violência policial no debate público.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ASSIS, Leandro. Capítulo 19 de “Confinada”. 2020. Instagram. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CDyR-O0JJOV/?hl=pt&img_index=1>. Acesso em 09 dez. 2023.
- ASSIS, Leandro. Capítulo 63 de “Os Santos”. 2022. Instagram. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CfoOQnAjgzm/?hl=pt&img_index=1>. Acesso em: 01 maio 2024.
- ASSIS, Leandro. Capítulo 64 de “Os Santos”. 2022. Instagram. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cfv7aVUL2QV/?hl=pt&img_index=1>. Acesso em: 01 maio 2024.
- BARROS, J. D. HQ-História: As relações da HQ como agente histórico, meio de representação da História e objeto histórico. *Antíteses*, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 397–427, 2023. DOI: 10.5433/1984-3356.2023v16n31p397-427. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/47250>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- BASSAN, Pedro. *Instrutor de surfe comprou bicicleta via internet e diz não saber que era furtada*. G1 Rio, 21 de junho de 2021.. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/21/instrutor-de-surfe-comprou-bicicleta-via-internet-e-diz-nao-saber-que-era-furtada.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1990.
- COLÉGIO SUPERIUS. *Entrevista com Leandro Assis e Triscila Oliveira*. Youtube, 18 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/CSmEhtHC-Xk?si=xkR6Sf01gDnChOAF>. Acesso em: 09 jun. 2024.
- DA SILVA, R. N. A história social da cultura e a história cultural do social: aproximações e possibilidades na pesquisa histórica em educação. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11458>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 02 out. 2024.

DOSSE, F. História do Tempo Presente e HistoriografiaHistory of the Present Time and Historiography. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05 - 22, 2012. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 02 out. 2024.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Papirus: Campinas, SP, 2000. p. 41-79.

G1 RIO. *Rapaz negro registra boletim de ocorrência em que diz ter sido acusado de roubar bicicleta por casal no Leblon, Zona Sul do Rio*. G1 Rio, 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/14/rapaz-negro-registra-boletim-de-ocorrencia-em-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-em-frente-a-shopping-no-rio.ghtml>. Acesso em: 06 mar. 2024.

G1 RIO. *Abordado por casal no Leblon, jovem negro tem processo por receptação arquivado*. G1 Rio, 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/13/jovem-negro-abordado-por-casal-que-o-questionou-por-roubo-de-bicicleta-no-leblon-tem-processo-por-receptacao-arquivado.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KUCINSKI, Bernardo (et al.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MAIA, L.; TEIXEIRA, C.M.; KALAOUM, F. Do surgimento das favelas cariocas a UPP: políticas públicas de segurança, segregação, controle e a formação de contra movimentos locais. *Revista Mosaico*, v.11, n.2, p. 11 - 18, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1, 2018.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. *Bate-papo com Triscila Oliveira e Leandro Assis | Roteiros & Roteiristas*. Youtube, 21 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/nzFM64MU2vA?si=yjeTwI0b7rHUZTcE>. Acesso em: 09 jul. 2024.

RAMOS, Silvia (coord.). *Retratos da Violência – Cinco meses de monitoramento, análises e descobertas*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, novembro de 2019. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Rede-de-Observatorios_primeiro-relatorio_20_11_19.pdf. Acesso em: 11 maio. 2024.

RAMOS, Silvia et al. *A vida resiste além dos dados da violência*. Rio de Janeiro: CESeC, 2021. Livro Eletrônico. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/REDE-DE-OBS_2_A-VIDA-RESISTE-_ALEM-DOS-DADOS-DA-VIOLENCIA.pdf. Acesso em: 11 maio. 2024.

RAMOS, Silvia et al. *Pele alvo: a bala não erra o negro*. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Livro Eletrônico.

RAMOS, Silvia et al. *Racismo, motor da violência: um ano da Rede de Observatórios da Segurança*. Rio de Janeiro: Anabela Paiva, CESeC, 2020. Livro Eletrônico.

RAMOS, Silvia et al. *Raio-x das ações de policiamento*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

RAMOS, Silvia. MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, Silvia. *Ele não me viu com a roupa de escola, mãe?*. Rede de Observatórios da Segurança, 17 de julho de 2023. Operações policiais. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/ele-nao-me-viu-com-a-roupa-de-escola-mae/>. Acesso em: 11 maio 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *A cor da violência policial: a bala não erra o alvo*. Rio de Janeiro: CESeC, 2020. Boletim Informativo Eletrônico. Disponível em: <<https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/A-Cor-da-Viole%CC%82ncia-Policial-A-Bala-Na%CC%83o-Erra-o-Alvo.pdf>>. Acesso em: 11 maio. 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Operações policiais no RJ durante a pandemia: frequentes e ainda mais letais*. Rio de Janeiro: CESeC, 2020. Boletim Informativo Eletrônico. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/Operac%CC%A7o%CC%83es-policiais-no-RJ-durante-a-pandemia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

RIANELLI, Erick. LEITÃO, Leslie. *Homem branco é preso por suspeita de furtar bicicleta elétrica: caso motivou denúncia de racismo de jovem negro no Rio*. G1 Rio, 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/policia-prende-suspeito-de-furto-de-bicicleta-eletrica-que-motivou-abordagem-a-jovem-negro-no-rio.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1970-1930*. Companhia das Letras: São Paulo, 1993.